

REFORMA DE CURRÍCULO E JUSTIÇA TRANSICIONAL

Escrito por Núcleo de Preservação da Memória Política

Título: Estudo de Casos – Brazil

Apresentação

Este estudo tem como objetivo apresentar brevemente a análise sobre práticas pedagógicas desenvolvidas por instituições de ensino públicas e privadas, organizações diversas e aquelas que atuam a partir de Sítios de Memória no Brasil, em uma parceria com a “*Global initiative for Justice, Truth & Reconciliation*”. O presente instrumento destaca iniciativas educacionais voltadas à promoção, controle e monitoramento dos direitos humanos de forma ampla e específica de ações voltadas para a Memória, Verdade e Justiça, assim como medidas em conformidade com os princípios da Justiça de Transição e a recordação de violações ocorridas no passado recente.

Com o objetivo de ampliar o escopo deste projeto, foram convidados pesquisadores, professores e dirigentes de 8 (oito) instituições e organizações que atuam no campo dos direitos humanos para responder um questionário. A partir deste instrumento de pesquisa, analisamos as respostas e, para a complementação das informações, realizamos consultas e pesquisas bibliográficas e documentais, além de websites, sobre os trabalhos dos núcleos educativos e propostas pedagógicas realizadas pelas instituições.

1- Introdução e Histórico

As práticas de violações de direitos no Brasil são inúmeras e, em sua maioria, possuem estreita relação com o passado ditatorial brasileiro (1964-1985), que criou um mecanismo de violações que se mantém presente na sociedade, visto que o Estado brasileiro jamais tratou a questão de modo a proceder a uma efetiva Justiça de Transição, com reparação histórica e um processo educativo que favorecesse a ruptura e a condenação destas práticas.

A ditadura civil-militar brasileira deixou um legado de 434 mortes e desaparecimentos políticos forçados¹ entre 1964 e 1985, produzindo efeitos nocivos em todo o aparato burocrático e social, visíveis ainda hoje na ação dos agentes do Estado (Segurança, Educação, Saúde e outros).

A questão se agravou nos últimos anos com o fortalecimento do negacionismo histórico em relação ao genocídio da população indígena, ao tratamento dado às análises do passado escravocrata, às perseguições e assassinatos causados pela ditadura civil-militar brasileira e inúmeros outros fatos notórios de graves violações de direitos humanos, que

¹ De acordo com o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, entregue em 2014.

são acompanhados pelo enaltecimento de agentes do Estado há muito reconhecidos como contumazes torturadores.

No caso brasileiro é necessário observar que a negação de fatos históricos e a prática do “apagamento da história”, a distorção e o desenvolvimento de mecanismos de esquecimentos têm sido práticas sistemáticas na sociedade, sendo que historicamente os modos e motivos de se perpetuar este apagamento / esquecimento / silenciamento / negação são os mais variados.

No Brasil, o negacionismo não pode ser compreendido como uma simples mentira, revisão da história, ou um erro de interpretação: ele é parte de uma verdadeira “tecnologia de poder” deliberada, em uma arquitetura que possui, sim, uma finalidade: induzir ao erro, ao engano, criando falsas narrativas, realidades falsas e impossibilitando o debate com base nos dados da realidade, isto é, nos fatos e sua avaliação. Impõe, desta forma, um pensamento único, que igualmente insiste em uma “história única”, buscando silenciar, de modo violento, as memórias das vítimas de graves violações de direitos humanos.

O fenômeno negacionista das ditaduras está presente em praticamente toda a América Latina, com grupos que insistem em uma narrativa que acoberta e silencia a realidade violenta, antidemocrática, além da negação da ciência e retorno às ideologias totalitárias e de conotação fascista, impedindo o avanço da cidadania e a consolidação dos valores democráticos.

Diante desta realidade brasileira, o papel desempenhado pelos Sítios de Memória e demais instituições de defesa dos direitos humanos é de fundamental importância, embora muitos vivam sob forte pressão de setores da sociedade e do próprio Estado, que procuram limitar o seu campo de ação.

2- O Sistema Educacional e O Currículo na Escola antes das Reformas Orientadas À Reconciliação

O sistema educacional brasileiro sempre foi um espaço de grandes debates e tensões. Ao longo de toda a história da educação brasileira, observou-se a instrumentalização da educação para servir aos interesses das oligarquias e grupos que detém o poder.

As décadas que antecederam a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foram marcadas por propostas de reformas de base na educação e experimentadas em alguns territórios. Essas iniciativas chegaram a incorporar o método Paulo Freire de educação e alfabetização, implementado em muitos países. Com o advento da ditadura, todo este processo sofreu um grande recuo, e teve início à perseguição política de educadores e educadoras progressistas e humanistas.

A partir de 1996, após 21 anos de ditadura e uma estrutura sucateada e ineficiente, os governos centrais e regionais iniciaram reformas tardias com uma nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB). Desta maneira, constata-se que foi somente 8 anos após a promulgação da Constituição de 1988 é que foi criada uma nova organização educacional no Brasil, mas que mesmo assim não incorporou as discussões sobre Justiça de Transição e Direitos Humanos, não havendo, em consequência, uma proposta de reconciliação. O que se observou é que foi somente a partir do ano de 2007, com o reconhecimento oficial do Estado assumindo a responsabilidade por violações aos Direitos Humanos durante os anos de ditadura civil-militar, que estas questões passaram a ser discutidas.

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, apontou 29 recomendações às autoridades nacionais, sendo parte delas voltadas ao sistema educacional brasileiro, tais como: o reconhecimento de culpa nas violações de direitos por parte das forças armadas, que deveriam ser retratadas nos materiais didáticos, a promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação, a modificação do currículo das academias militares e policiais, inserindo os conceitos de democracia e direitos humanos e a preservação da memória.

Contudo, o Estado brasileiro não avançou neste processo de aperfeiçoamento do sistema educacional e revisão do currículo para incorporar estes valores. Ao contrário, a partir de 2017 o país passa a discutir mais uma reforma educacional, conhecida como Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que esvazia o ensino baseado em disciplinas e favorece um modelo de educação alinhado ao mercado e para a formação de mão de obra para o trabalho. O BNCC deverá ser implementado até 2022.

Essas reformas no ensino já se evidenciam nas edições 2019 e 2020 do exame para a admissão dos estudantes nas universidades públicas e privadas no Brasil - o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - que não fizeram qualquer referência ao período da ditadura civil-militar brasileira nos componentes de história, geografia e/ou sociologia, em uma clara demonstração de tentativa de apagamento deste período da história brasileira.

Soma-se a este fato o avanço das ideologias de extrema direita denominados “escola sem partido” e o “ensino domiciliar”, que visam à uma educação negacionista e perseguições aos pesquisadores, profissionais da educação e professores.

Não se trata de um revisionismo histórico, mas de uma política de apagamento e esquecimento que dificulta e impede uma política de reparação, reconciliação e a reflexão sobre os elementos que constituem práticas da Justiça de Transição.

Caminhos e processos de reconciliação

A partir da década de 1990, foram desenhadas algumas tentativas de implementação de políticas de memória, como os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), que têm origem na Declaração e Programa de Ação de Viena, estipulada na Conferência Mundial

sobre Direitos Humanos, em 1993. Nela, a ONU recomenda que os países adotem um Plano Nacional de Direitos Humanos - transversal a todo seu ministério - como um esforço para que sejam implementadas pelos Estados garantias de respeito a todos os direitos humanos constantes na Declaração Universal. O Brasil possui 3 versões do PNDH, concebidas nos anos de 1996, 2002 e 2009.

O PNDH-1 (1996) teve como objetivo realizar um amplo levantamento sobre a situação dos direitos humanos no país para verificar se estavam sendo respeitados, avaliar as situações de descumprimento e desenvolver ações para o aprimoramento da legislação brasileira sobre determinados temas. Teve como enfoque os direitos civis, como as liberdades individuais, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir e o direito de propriedade. Tratou também da questão da violência policial.

O PNDH-2 (2002) enfatizou os direitos sociais e culturais, como acesso à educação, saúde, alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, lazer, à segurança, aposentadoria, maternidade e infância e assistência aos desamparados. São direitos que constam em nossa Constituição, promulgada com o advento da redemocratização em 1988, e que visam reduzir a gigante desigualdade social existente no país. Nesta segunda versão, o PNDH-2 focou em temas e direitos de grupos sociais vulneráveis como a população negra, os povos indígenas e a população LGBT, dando um caráter multicultural ao plano.

O tema da educação foi amplamente tratado no PNDH-2, com propostas de sensibilização da sociedade brasileira com vistas à construção e consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Propostas de implementação nas Academias de Polícia como programas de educação e formação em direitos humanos, programas de capacitação de agentes públicos que promovam a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação de estereótipos depreciativos em relação à população LGBT, respeito aos estudantes indígenas e ao seu universo sociocultural etc.

O PNDH-3 (2009) contou com uma ampla participação social em sua construção, realizando conferências municipais, estaduais e a nacional, elaborando mais de 700 resoluções que constam de 25 diretrizes em 6 Eixos Orientadores para serem incorporadas na agenda de direitos humanos do Estado brasileiro. Entre os temas tratados estão a investigação de crimes cometidos durante a ditadura civil-militar, critérios para avaliação e responsabilidade dos meios de comunicação com o tema dos direitos humanos, a discussão sobre o aborto, da união de pessoas do mesmo sexo, o enfrentamento de conflitos fundiários, segurança pública, modelos de desenvolvimento, da segurança de ativistas e defensores dos direitos humanos, entre outros. Ele visou favorecer trabalhadores e segmentos mais pobres e historicamente discriminados da sociedade brasileira.

O Eixo VI do Programa tratou da garantia do direito à memória e à verdade, e suas diretrizes trazem o reconhecimento do passado ditatorial como um Direito Humano e um

dever do Estado. Visando à sua implementação, o eixo estimulou a criação de lugares de memória, constituindo-se como um diferencial do PNDH3.

Neste sentido, a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade visaram ao fortalecimento da democracia e, para isso, recomendou-se a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, a fim de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridos no Brasil.

Assim, o Legislativo brasileiro aprovou em 2012 a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, períodos ditatoriais. Contudo, como não era atribuição da Comissão Nacional da Verdade brasileira julgar os crimes por agentes do Estado, criou-se uma situação anômala na sociedade brasileira, permitindo que agentes reconhecidamente responsáveis por violações de direitos humanos continuem impunes, favorecendo um processo de continuidade nas novas gerações.

Reformas e inovações

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é a mais recente reforma educacional e do currículo a ser implementada no Brasil, e nela a disciplina de História é organizada em 29 unidades temáticas, ao longo de todo o Ensino Médio (que compreende estudantes na faixa etária entre 14 e 17 anos). Destas 29 unidades trabalhadas ao longo de três anos não existe uma unidade específica sobre o tema Justiça de Transição, embora aborde o tema do totalitarismo em uma unidade, visto como um capítulo da História Geral. Também não existe uma abordagem sobre os direitos humanos e sua construção histórica, tratando de questões como escravismo e cultura africana de modo fragmentado.

Para além disso, embora tenha como objetivo no componente curricular de História “A percepção de que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem e de que existe uma grande pluralidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania”, não trata de temas específicos sobre a história da ditadura civil-militar no Brasil, que teve duração de 21 anos e deixou marcas profundas na sociedade.

3- Ações educativas: estudos de casos

Diante da ineficiência de ações do Estado no ensino formal sobre a história brasileira, observa-se o protagonismo de educadores e educadoras de instituições de ensino e demais organizações que atuam a partir de Sítios de Memória, que têm desenvolvido um papel central no ensino destes conteúdos, independente do currículo oficial. Descrevemos abaixo algumas dessas iniciativas.

Memorial da Resistência de São Paulo

O Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) é um equipamento cultural público do Governo de São Paulo, administrado pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura, uma Organização Social da Cultura. Está sediada em Lugar de Memória, no mesmo prédio onde entre 1940 e 1983 funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP), uma das polícias políticas mais truculentas do país. O MRSP, desde sua inauguração em 2009, realiza atividades relacionadas a práticas pedagógicas sobre Memória, Verdade, Justiça e a recordação das graves violações de direitos humanos cometidas no passado recente. O MRSP é membro da Coalizão Internacional de Lugares de Consciência, da Rede Latino-americana e Caribenha de Lugares de Memória e da Rede Brasileira de Lugares de Memória. Tem como missão a valorização e a preservação das memórias da repressão e da resistência políticas no Brasil republicano (de 1889 à atualidade), especialmente no período da ditadura civil-militar.

O Memorial da Resistência realiza inúmeros projetos de ações educativas e culturais, de pesquisa e preservação da memória, além da exposição de longa duração e de mostras temporárias, visando ao exercício da cidadania, do aprimoramento da democracia e da defesa dos direitos humanos.

Entre as suas ações pedagógicas, o MRSP realiza visitas mediadas entre o acervo (exposição de longa duração e temporárias) e grupos de estudantes do ensino público e privado, cursos técnicos, projetos sociais, organizações não-governamentais e visitantes em geral, sempre gratuitamente. Dentre os vários projetos educativos-culturais, destacamos:

- *Memorial Para Todos*: atividades para pessoas com deficiência, já conquistou três prêmios nacionais de acessibilidade em museus. O projeto busca explorar as capacidades sensoriais e emocionais de pessoas com deficiência, respeitando sua autonomia.
- *Curso Intensivo “Educação em Direitos Humanos – Memória e Cidadania”*: curso anual concebido especialmente para agentes multiplicadores, como educadores formais (educação básica, profissional, tecnológica e ensino superior), educadores não-formais (organizações não governamentais, instituições culturais, projetos socioeducativos, movimentos sociais entre outros) e profissionais que atuam em instituições de segurança pública na área de capacitação ou formação. A proposta é fundamentada em uma perspectiva multiplicadora, em que seus agentes se comprometem com a mudança social em percepções, atitudes e relações, e enfatiza aspectos práticos e atuais da responsabilidade central dos educadores nesse processo. Já realizou 8 edições, sendo que cada uma atende a 100 pessoas. A primeira, em 2010, contou com o apoio financeiro da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.

- *Tarde de Memórias*: atividade realizada por meio de jogos lúdico-pedagógicos especialmente para crianças e famílias, mas que jovens e o público em geral também participam.
- *Curso Educar, Contar e Brincar para Resistir - o direito da criança à Memória e à Verdade*: tem como objetivo refletir sobre o ensino da História recente, incluindo a ditadura civil-militar, e contribuir com a formação dos educadores da educação infantil (séries iniciais do ensino fundamental) com práticas lúdico-artísticas.
- *Materiais Pedagógicos*: conjunto de subsídios para o trabalho educativo com documentos históricos, por meio da metodologia da Leitura de Documento Histórico. O material foi desenvolvido especialmente para os educadores trabalharem em sala de aula e antecedendo a visita ao Memorial.
- *Sábados Resistentes*: realizado em parceria com o Núcleo de Preservação da Memória Política, em 2008, ainda durante a implantação da instituição, constitui-se como importante espaço para o fortalecimento de valores democráticos e do exercício da cidadania. Os Sábados Resistentes trazem a cada encontro diferentes convidados para debater as histórias e memórias do período da ditadura civil-militar, relacionando-as com as lutas do tempo presente por direitos humanos, pela memória, pela verdade e pela justiça. Conta com lançamentos de livros, projeção de filmes, apresentações de peças teatrais e de grupos musicais. Devido à crise sanitária, desde 2020 é realizado virtualmente.
- *Rodas de Conversa com ex-Presos Políticos*: tem como objetivo a aproximação de pessoas vítimas da ditadura civil-militar com as novas gerações para refletir sobre as continuidades da História e a importância da Memória. A atividade é voltada a estudantes, professores e projetos sociais.

Mais informações: www.memorialdaresistencia.org.br

Colégio Santa Maria

O Colégio Santa Maria em São Paulo, fundado pela Congregação das Irmãs da Santa Cruz, tem mais de 70 anos de história no ensino e formação de crianças e jovens. Com o ensino centrado no aluno e em seus múltiplos estilos de aprendizagem, seus educadores privilegiam uma atuação educativa dinâmica, em que a aplicação do que é ensinado garante a compreensão de sua função na vida prática.

A instituição de ensino incentiva e leva os seus alunos do terceiro ano do ensino médio (idade aproximada 15 anos) a visitas mediadas em Lugares de Memória, como o Memorial da Resistência de São Paulo, o futuro Memorial da Luta pela Justiça e o antigo DOI-Codi. Nestes locais, participam de eventos como os Sábados Resistentes ou rodas de conversas com ex-presos e perseguidos políticos que se opuseram à ditadura militar. Em sala de aula, discussões sobre a Justiça de Transição e trabalhos que analisam documentos

oficiais produzidos por órgãos de repressão provocam os alunos a refletirem criticamente para o Nunca Mais, além de fortalecer o compromisso com os valores de Democracia e Justiça.

Universidade Federal da Paraíba / Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

A Universidade Federal da Paraíba (*UFPB*) é uma Instituição autárquica de regime especial de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com estrutura multi-campi e atuação nas cidades de João Pessoa e quatro outras cidades do Estado. O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB busca uma articulação para um melhor desempenho individual e coletivo no campo dos Direitos Humanos.

Entre os trabalhos realizados, destaca-se o livro “Direito à Memória e à Verdade: Saberes e práticas docentes”, produzido pelo Programa de Extensão do Núcleo, lançado em 2016, com a função de ser um material de apoio didático para capacitação de educadores(as) e de militantes dos Direitos Humanos, com foco no estado da Paraíba. Para tratar a temática, utilizou como base referências de arquivos, memoriais, teatros, cinemas, músicas, bibliotecas, literatura de cordel, depoimentos e desenhos.

A UFPB também desenvolve atividades de pesquisa e extensão nas áreas das ciências agrárias, pensando na atualização da luta e capacitação camponesa para a economia solidária e agroecológica, e das ciências humanas com questões da história e da memória das lutas de resistência à ditadura, a partir do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e do seu entorno. O Memorial também está incluído na política educacional do município de Sapé onde realiza atividades escolares e pedagógicas, dentre elas a visitação.

Referência Bibliográfica sobre este tema:

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **Direito à memória e à verdade: Saberes e práticas docentes**. João Pessoa: CCTA, 2016. 194p. il. (Coleção Direitos Humanos). Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/10/Direito_Mem%C3%B3ria_Verdade.pdf

Mais informações: www.ligascamponesas.org.br

Casa do Povo

A Casa do Povo é um centro cultural que revisita e reinventa as noções de cultura, comunidade e memória. Fundada a partir de uma associação cultural sem fins lucrativos logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, a Casa do Povo foi erguida pelo esforço coletivo de uma parcela da comunidade judaica então chamada de “progressista”, originária da Europa Oriental, politicamente engajada e instalada majoritariamente no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Habitada por uma dezena de grupos, movimentos e

coletivos, alguns há décadas e outros mais recentes, a Casa do Povo atua no campo expandido da cultura. Sua programação transdisciplinar, processual e engajada entende a arte como ferramenta crítica dentro de um processo de transformação social.

O público que frequenta a Casa não é alvo, mas participante ativo que, além de visitar, também propõe atividades fazendo do espaço um local de encontro, de formação e de experimentação. É o caso de projetos que conectam a história de ocupação imigrante do bairro com as dificuldades vividas por essas populações atualmente. O Coletivo *Si, Yo Puedo*, formado por voluntários e voluntárias de várias nacionalidades, busca promover a integração de migrantes em São Paulo, realizando atividades como aulas de português, rodas de leitura e conversas, oficinas de dança e outros. O coletivo luta pelo pleno direito à migração, e acredita na educação como principal ferramenta para a construção de uma sociedade efetivamente inclusiva e multicultural. Outro projeto é o *Empreendedoras Sin Fronteras*, em que 23 costureiras, empreendedoras e imigrantes formaram um coletivo na Casa do Povo e criaram sua própria cooperativa. Estas mulheres estão ligadas a uma rede de trabalho precarizado e durante a pandemia, juntaram forças em um local considerado um monumento vivo, um lugar onde lembrar é agir. Estes trabalhos têm o potencial de estimular os valores democráticos e a tolerância, no combate à xenofobia e ao racismo.

Instituto Vladimir Herzog

O Instituto Vladimir Herzog tem como missão trabalhar com toda a sociedade pela defesa dos valores da Democracia, dos Direitos Humanos e da Liberdade de Expressão. Suas ações se organizam em três grandes frentes: Educação em Direitos Humanos; Jornalismo e Liberdade de Expressão; Memória, Verdade e Justiça.

O IVH entende que a Educação em Direitos Humanos (EDH) é essencial na construção de uma sociedade pautada pelos seus valores estando, portanto, comprometido com a realização das orientações contidas nos documentos sociais que regem esse campo: o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Além de atividades de educação formal no ensino básico e de educação não-formal em comunidades, a área de Educação em Direitos Humanos também atua no âmbito da educação superior, com parcerias estabelecidas com universidades públicas, como a Especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais, desenvolvido em parceria com a Unifesp, e o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Instituto Vladimir Herzog – Unicamp.

Mais informações:

<https://respeitarepreciso.org.br/>,

<https://usinaervalores.org.br/o-projeto/>,

<https://memoriasdaditadura.org.br/educacao-basica/>

<https://territoriosdamemoria.org.br/apresentacao/>

Núcleo de Preservação da Memória Política

O Núcleo de Preservação da Memória Política foi fundado em 2009 por um grupo de ex-presos e perseguidos políticos pela Ditadura Militar, e se soma nas fileiras das organizações brasileiras e internacionais que ao longo de décadas têm resistido aos processos que procuram silenciar as vítimas de graves violações de direitos humanos tentando assim produzir o esquecimento. Deste modo, entende que é fundamental articular propostas e ações de enfrentamento ao esquecimento para que não ocorra a repetição.

O Núcleo Memória tem como missão trabalhar com as memórias das lutas políticas, sociais e culturais, essencialmente em relação aos danos cometidos contra pessoas e instituições. Sua atividade fundamental consiste na análise de fatos históricos ocorridos durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e suas consequências, com o objetivo de fortalecer a cultura democrática, promover a educação em direitos humanos e a preservação de lugares de memória; promover ações de preservação da memória das graves violações dos direitos humanos; promover o debate em torno da recuperação de lugares de memória; fomentar a articulação de uma rede de lugares de memória no Brasil, bem como participar de redes internacionais; realizar eventos educativos, culturais e sociais sobre temas relacionados à resistência e à memória; promover a ética, a paz, a cidadania, os Direitos Humanos e a democracia como valores fundamentais e universais; promover os valores democráticos e dos Direitos Humanos na educação; e apoiar as ações de proteção e promoção dos Direitos Humanos. Dentre seus principais projetos destacamos:

- *Sábados Resistentes*: projeto que desenvolve em parceria com o Memorial da Resistência de São Paulo desde 2008, onde refletem e debatem sobre Memória, Verdade e Justiça e Direitos Humanos por meio de diversos formatos, como palestras e debates, apresentação de peças de teatro, exibição de filmes e lançamento de livros, dentre outros.
- *Visitas Mediadas a Lugares de Memória*: para além de participar ativamente na mediação de visitas educativas ao Memorial da Resistência de São Paulo, o Núcleo Memória realiza visitas com grupos de estudantes e demais interessados ao prédio que sediou as Auditorias Militares em São Paulo - o futuro Memorial da Luta pela Justiça, e ao antigo DOI-Codi, um dos maiores centros de violação de direitos humanos do Brasil.
- *Curso Lugares de Memória e Direitos Humanos no Brasil*: visa promover a discussão sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e o período atual a partir de lugares de memória, considerando que o olhar sobre o patrimônio tem potencialidades de traçar paralelos entre passado-presente e estabelecer diálogo sobre a democracia brasileira, o momento político e os direitos humanos na atualidade.
- *Filme "1964: Um golpe contra o Brasil" (Dir. Alípio Freire, 2012)*: a realização do filme teve como objetivo esclarecer as origens do Golpe de Estado de 1964 e debater sobre Justiça de Transição e direitos humanos. O filme teve mais de uma centena de

exibições em escolas, universidades, sindicatos e espaços públicos, foi escolhido pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade para ser parte do kit “Direito à Memória e à Verdade” que, como material didático, foi entregue a mais de 1000 escolas da rede municipal. O lançamento oficial ocorreu no primeiro Sábado Resistente de 2013 e até hoje as cópias são entregues de forma gratuita em escolas, bibliotecas, cineclubes e pesquisadores do tema.

- *Ciclo de Lives Conhecendo Lugares de Memória*: o projeto tem como objetivo discutir sobre Memória, Verdade e Justiça e Direitos Humanos a partir dos lugares de memória. Com formato virtual, foi implementado como forma de ampliar as reflexões sobre esses conceitos em virtude da crise sanitária.
- *Ruas da Vergonha*: campanha realizada com o objetivo de complementar ação da Prefeitura de São Paulo na modificação de nomes de ruas que ainda homenageiam perpetradores de violências. A partir desta iniciativa, se coletou assinaturas online pela mudança do nome dessas ruas. Depois de dois meses de campanha haviam sido coletadas mais de 1.400 assinaturas e a petição foi entregue à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.
- *O Dia em que a Justiça entrou no DOI-Codi*: documentário que registra a audiência de conciliação convocada pela justiça brasileira entre o Ministério Público Estadual e a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Esta audiência foi resultado de ação civil-pública movida pelo MP-SP com o objetivo de transformar as dependências desse antigo centro de tortura em um novo memorial para a cidade.

Mais informações:

<https://www.nucleomemoria.com.br/projetos/producao-cultural-e-pesquisa>

<https://www.nucleomemoria.com.br/projetos/publicacoes>

<https://www.nucleomemoria.com.br/rebralume>

<https://www.nucleomemoria.com.br/atividades-nucleo-memoria>

Instituto Auschwitz

O Instituto Auschwitz é uma organização internacional não governamental fundada em 2006 e sediada em Nova Iorque, que atua na área da prevenção de genocídio e outras atrocidades em massa. No Brasil, trabalha apoiando os Estados para desenvolver e/ou fortalecer os mecanismos nacionais para a prevenção do genocídio e outras atrocidades massivas, promovendo inovações no desenho de políticas públicas e na criação de rede plurais e interdisciplinares. A partir do ano de 2015, o Instituto desenhou o projeto “Educação, Direito Humanos e Prevenção.” Em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo a partir do projeto *Cidadania e democracia desde a escola* do programa Inova, o Instituto Auschwitz realiza o projeto “Direitos e cidadania”, para trabalhar com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental até 3º ano do Ensino Médio, que vai dos 11 aos 18 anos.

O programa Direitos e Cidadania tem como finalidade contribuir para o aprendizado de uma cultura de respeito aos direitos fundamentais e às responsabilidades cidadãs, a partir da criação no ambiente escolar de espaços para a convivência harmônica baseada na pluralidade, na tolerância e na cooperação.

Mais informações:

<http://www.auschwitzinstitute.org/wp-content/uploads/2019/05/Material-explicativo-Projeto-AIPG.pdf>

<http://www.auschwitzinstitute.org/pt-br/cidadania-e-democracia-desde-escola/>

Núcleo de Formação Cidadã da Universidade Metodista de São Paulo

O Núcleo de Formação Cidadã da Universidade Metodista de São Paulo, foi criado em 1999, com o objetivo de favorecer a reflexão sobre a cidadania, os direitos humanos e a cultura de paz para todos os estudantes da universidade. Desde então realiza uma série de trabalhos em parceria com Lugares de Memória, Museus e espaços culturais visando o desenvolvimento dos estudantes e o aperfeiçoamento da formação acadêmica e humana.

Ao longo deste período elaborou materiais didáticos e pedagógicos bem como cursos e encontros de formação abertos à comunidade. Em 2021, a Universidade criou o Programa de Disciplinas de Formação Geral e Cidadã, com o objetivo de favorecer a educação em direitos humanos, a reflexão sobre a cidadania e a formação humanista em todos os cursos da graduação.

Todas as Disciplinas de Formação Geral e Cidadã devem possuir uma dimensão reflexiva e prática, por meio da metodologia da observação participante, na qual os discentes serão convidados a observarem e participarem de ações presentes na sociedade, favorecendo a inserção social e a extensão universitária no cotidiano universitário. O propósito é que as disciplinas favoreçam a elaboração de projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades em contextos nas quais os alunos estejam inseridos ou optarem por refletir (curricularização da extensão universitária, a inserção das práticas sociais no currículo acadêmico).

4 - Lições, Reflexões e Recomendações

No Brasil, as iniciativas de reforma curricular que consideram a Educação em Direitos Humanos caminham de forma lenta e são marcadas por inúmeras tentativas de retrocessos. Observa-se que as iniciativas mais bem sucedidas são as que foram implementadas em espaços de educação não-formal, isto é, que não possuem um plano de ação abrangente e oficialmente presente no sistema educacional oficial.

A educação formal no Brasil não incorporou, em seu cotidiano e de modo significativo os fundamentos da Justiça de Transição, a discussão sobre as violações passadas dos

direitos humanos e o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos e de paz entre os jovens. Existem muitos documentos oficiais e orientações elaboradas por técnicos da educação, mas que não se transformam em práticas educativas de modo amplo, e sua aplicação depende, em muitos casos, da insistência de educadores e educadoras sensíveis ao tema e que a ele se dedicam em horário extracurricular, como parte de seu engajamento pessoal.

A luta por uma educação pública, de qualidade e laica no Brasil sempre enfrentou uma forte oposição por parte da elite econômica por contrariar os desígnios de uma classe que enriquece devido à desigualdade social existente e que se concentra na porcentagem ínfima (até 5% da população), obtendo mais rendimentos que os outros 95%. Mais recentemente, enfrenta também propostas de militarização da educação civil (Escola Militar), e propostas de cerceamento da liberdade de cátedra (Escola Sem Partido) contrariando princípios e valores democráticos.

Historicamente, as transformações na estrutura educacional brasileira quase sempre ocorreram visando à capacitação para o trabalho, ignorando um processo educativo crítico, humanista e criativo.

Atualmente, inúmeras organizações da sociedade civil seguem lutando por melhorias na estrutura educacional brasileira na questão da Educação em Direitos Humanos, e algumas pautas surgem como fundamentais: a inclusão de pessoas com deficiência, o enfrentamento ao racismo, à homofobia e à violência de gênero são alguns dos desafios que se destacam neste momento na sociedade brasileira e se relacionam diretamente com o passado autoritário.

O Brasil experimenta transformações sociais profundas, e frente a essas mudanças é possível observar uma reação conservadora de uma parcela da sociedade bastante ruidosa, que se caracteriza como um fator inibidor em muitas instituições que precisam lidar com as reações destes grupos. Para o enfrentamento desta onda reacionária é essencial a solidariedade internacional e a ação dos órgãos internacionais na defesa dos ativistas dos direitos humanos, promovendo ações de empoderamento e denunciando as graves violações sofridas e os ataques aos sítios de consciência e direitos humanos em todo o país.

Em síntese, as ações que precisam ser implementadas para reverter esse quadro deveriam ser, entre outras:

1- Os sítios de memória e os espaços de educação formal e não-formal deveriam exercer maior influência junto aos governantes para implementação de políticas públicas relacionadas ao tema dos princípios e fundamentos da Justiça de Transição;

2- Criação de mais espaços formais e não-formais de educação nas comunidades, visando à educação em direitos humanos;

- 3- Promoção de atividades educativas e culturais visando estabelecer as relações entre as violações do passado e as do presente;
- 4- Lutar por políticas de inclusão social (cotas em todos os níveis na educação, na política, na administração etc.), exercendo influência nas políticas públicas integradas;
- 5- Buscar a solidariedade internacional contra o negacionismo e na defesa dos ativistas dos Direitos Humanos;
- 6- Compartilhamento de metodologias entre os setores educativos dos sítios de memória;
- 7- Produção e difusão de materiais didáticos e pedagógicos para o ensino formal e não-formal.
- 8- Apoiar e incentivar a transversalidade das pautas de Justiça de Transição com outras temáticas sociais, históricas, econômicas e de direitos humanos. Inserção como eixo da Educação em Direitos Humanos; inclusão nos editais da extensão universitária e de pesquisas; inserção nos cursos de pós-graduação em direitos humanos.
- 9- Reforçar a implementação de ações desdobradas do Plano Nacional de Direitos Humanos -3 e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Buscar instituir orientações, diretrizes e implementação de ações pedagógicas que transversalizem a Educação Básica com os Direitos Humanos, para nortear uma prática educativa com respeito à diversidade, de solidariedade, de paz e com elementos do Educar para o Nunca Mais.
- 10- Cursos de formação para os docentes, mas, também para diretores e coordenadores pedagógicos.